

**i3S - INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO E INOVAÇÃO EM SAÚDE DA
UNIVERSIDADE DO PORTO - ASSOCIAÇÃO**

INSTITUTO DE BIOLOGIA MOLECULAR E CELULAR - IBMC

**INSTITUTO DE PATOLOGIA E IMUNOLOGIA MOLECULAR DA
UNIVERSIDADE DO PORTO - IPATIMUP**

AJUSTE DIRETO N.º 37/2025

Projeto de Arquitetura e Especialidades

**Adaptação de Infraestruturas do i3S
para Instalação do *Centro de Medicina
de Precisão do Norte (CEMPRE-N)***

CADERNO DE ENCARGOS

Data: 05/05 /2025

Índice

Cláusula 1. ^a - Objeto.....	4
Cláusula 2. ^a - Contrato	4
Cláusula 3. ^a - Preço Base.....	5
Cláusula 4. ^a - Início de Vigência e Duração do Contrato.....	5
Cláusula 5. ^a - Principais Obrigações do Prestador de serviços	5
Cláusula 6. ^a - Forma de Prestação do Serviço.....	7
Cláusula 7. ^a - Prazo de Prestação do Serviço	8
Cláusula 8. ^a - Receção dos Elementos a Produzir ao Abrigo do Contrato.....	8
Cláusula 9. ^a - Transferência de Propriedade.....	9
Cláusula 10. ^a - Conformidade e Garantia Técnica	10
Cláusula 11. ^a - Preço Contratual	10
Cláusula 12. ^a - Condições de Pagamento do Preço.....	11
Cláusula 13. ^a - Responsabilidade pelos Erros e Omissões.....	12
Cláusula 14. ^a - Penalidades Contratuais	12
Cláusula 15. ^a - Subcontratação e Cessão da Posição Contratual.....	13
Cláusula 16. ^a - Resolução do Contrato pelo i3S.....	14
Cláusula 17. ^a - Resolução do Contrato pelo Prestador de Serviços.....	14
Cláusula 18. ^a - Revogação do Contrato pelas Partes.....	14
Cláusula 19. ^a - Suspensão do Contrato	15
Cláusula 20. ^a - Modificações ao Contrato	15
Cláusula 21. ^a - Seguros.....	15
Cláusula 22. ^a - Gestor do Contrato	15
Cláusula 23. ^a - Responsabilidades	16
Cláusula 24. ^a - Casos Fortuitos ou de Força Maior.....	17
Cláusula 25. ^a - Deveres de Informação	18
Cláusula 26. ^a - Confidencialidade e Proteção e Tratamento de Dados Pessoais.....	18
Cláusula 27. ^a - Políticas Horizontais.....	20
Cláusula 28. ^a - Políticas Europeias e Nacionais	20
Cláusula 29. ^a - Legislação Aplicável.....	21
Cláusula 30. ^a - Foro Competente.....	21
Cláusula 31. ^a - Comunicações e Notificações.....	21
Cláusula 32. ^a - Interpretação e Validade	22
Cláusula 33. ^a - Regime Contraordenacional.....	22
Cláusula 34. ^a - Contagem dos Prazos	22
ANEXO I - Cláusulas Gerais e Técnicas.....	24
Cláusula 35. ^a - Enquadramento e Objetivos.....	24
Cláusula 36. ^a - Âmbito, Fases e Forma de Prestação dos Serviços.....	24
1. Âmbito dos Serviços.....	24
2. Equipa Multidisciplinar	25
3. Programação e Coordenação do Projeto	25



4. Fases do Projeto.....	26
5. Âmbito das Fases do Projeto.....	27
Cláusula 37. ^a - Condicionantes Orçamentais.....	29
Cláusula 38. ^a - Manutenção do Espaço	29
Cláusula 39. ^a - Mapa de Quantidades	29
Cláusula 40. ^a - Informação Complementar.....	30

Cláusula 1.^a - Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a inserir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual, por Ajuste Direto e que tem por objeto o *Projeto de Arquitetura e Especialidades para Adaptação de Infraestruturas do i3S para Instalação do Centro de Medicina de Precisão do Norte (CEMPRE-N)*, pelo Agrupamento de Entidades Adjudicantes constituído pelos seguintes institutos: *i3S - Instituto de Investigação e Inovação em Saúde da Universidade do Porto - Associação*, o *Instituto de Biologia Molecular e Celular - IBMC* e o *Instituto de Patologia e Imunologia Molecular da Universidade do Porto - Ipatimup* (adiante também referidos, conjuntamente, como '**i3S**'), com as características, especificações e requisitos constantes do *Anexo I* e nos termos e condições definidos no presente Caderno de Encargos.

2. A presente aquisição tem a seguinte classificação CPV: **71200000-0**, Serviços de arquitetura e afins.

Cláusula 2.^a - Contrato

1. O contrato a celebrar será reduzido a escrito e composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos, regulado nos termos do disposto nos artigos 278.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos, adiante abreviadamente designado por "CCP", em especial o plasmado nos termos dos seus artigos 437.º e seguintes, e demais legislação e regulamentação aplicáveis.

2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos, identificados pelo convidado e expressamente aceites pelo Órgão Competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
- c) O presente caderno de encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo Prestador de serviços.

3. Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas do número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

4. Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas do n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos nos termos do disposto no Artigo 99.º do CCP e aceites pelo Prestador de serviços nos termos do disposto no artigo 101.º do referido diploma legal.

Cláusula 3.^a - Preço Base

1. Para efeitos de elaboração de proposta fixa-se, como parâmetro base do preço contratual o valor de **€ 186.807,85 (Cento e oitenta e seis mil, oitocentos e sete euros e oitenta e cinco cêntimos)**.
2. O preço base é definido como o preço máximo que o i3S se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.

Cláusula 4.^a - Início de Vigência e Duração do Contrato

1. O contrato entrará em vigor na data da sua assinatura, com início de vigência retroativa a **05 de maio de 2025** e terá a duração de **2 (dois) anos**, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do mesmo.
2. Salvo disposição em contrário, o prazo do contrato inicia na data da última assinatura digital.
3. O prazo previsto nos números anteriores pode ser prorrogado por iniciativa das Entidades Adjudicantes ou a requerimento do Prestador de serviços devidamente fundamentado.

Cláusula 5.^a - Principais Obrigações do Prestador de serviços

1. Constituição da equipa prestadora de serviços:
 - a) A elaboração do projeto a que se refere o presente caderno de encargos, ficará a cargo de uma equipa projetista, cuja coordenação é da inteira e exclusiva responsabilidade de um dos autores dos projetos;
 - b) A equipa projetista será constituída pelo coordenador de projeto e pelos autores dos projetos das especialidades, na fase pré-contratual;

- c) A equipa projetista referida no número anterior só poderá ser alterada mediante prévio e expresse consentimento do i3S.
 - d) O coordenador de projeto deve cumprir com o disposto no artigo 9.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na sua redação atual.
- 2. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, em especial no CCP, no presente Caderno de Encargos, seus Anexos e nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o prestador de serviços, as seguintes obrigações principais, a saber:
 - a) Elaboração do anteprojeto das Especialidades;
 - b) Elaboração do projeto de execução de Arquitetura e Especialidades;
 - c) Assistência técnica à obra.
- 3. O prestador de serviços, obriga-se a garantir que os projetos a desenvolver no âmbito das suas obrigações contratuais observem todas as normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente as constantes de instrumentos de gestão territorial, do regime jurídico de proteção do património cultural, do regime jurídico aplicável à gestão de resíduos de construção e demolição, e das normas técnicas de construção, garantindo a conformidade com as exigências das entidades externas e o licenciamento dos projetos junto das entidades que o exijam.
- 4. O prestador de serviços fica obrigado a incluir na sua criação artística os preceitos mencionados na Cláusula 28.ª deste caderno de encargos, sempre que aplicável e/ou possível.
- 5. Decorrem ainda para o prestador de serviços as seguintes obrigações acessórias:
 - a) Informar o i3S sobre o estado em que se encontra o andamento da prestação de serviços contratada, sempre que isso lhe seja solicitado;
 - b) Responder pelos danos que causar ao i3S em razão do incumprimento culposo das obrigações que sobre ele impendam;
 - c) Responder ainda perante o i3S pelos danos causados pelos atos e omissões de terceiros, por si empregues na execução de obrigações emergentes do contrato, como se tais atos ou omissões fossem praticados por aquele;

- d) Comunicar antecipadamente ao i3S os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação de serviços objeto do presente procedimento ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações, nos termos do contrato celebrado;
- e) Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que é prestado o serviço, bem como ministrar todos os esclarecimentos que se justifiquem, de acordo com as circunstâncias;
- f) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para o serviço a prestar, a sua situação jurídica, a sua situação comercial, etc.;
- g) Providenciar todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam essenciais e adequados à prestação do serviço, bem como a estabelecer o sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo;
- h) Realizar o tratamento dos dados do Contraente Público, comprometendo-se a não utilizar tais dados para diferentes fins, em conformidade com o disposto na Cláusula 26.^a do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 6.^a - Forma de Prestação do Serviço

1. Para o acompanhamento da execução do contrato, o prestador de serviços fica obrigado a manter, com uma periodicidade mensal, reuniões de coordenação com os representantes do i3S.
2. O prestador de serviços deve apresentar ao i3S, com uma periodicidade mensal, um relatório com a evolução de todas as operações objeto dos serviços e com o cumprimento de todas as obrigações emergentes do contrato.
3. O disposto no número anterior não impede o i3S de convocar reuniões, extraordinárias, de forma fundamentada, fixando o seu agendamento e delas dando conhecimento ao prestador de serviços.
4. Para efeito do disposto no artigo 378.º do CCP, em fase de procedimento pré-contratual para execução da empreitada, o projetista fica obrigado a responder aos pedidos de

esclarecimentos e a pronunciar-se sobre a lista de erros e omissões do projeto que elaborou, ao abrigo do presente contrato, no prazo impreterível de **quinze dias úteis**, ressalvando-se aquelas situações relacionadas com a lista de erros e omissões que, comprovadamente, necessitem de um prazo de resposta mais alargado, ficando neste caso, desde logo, designado pelo prestador de serviços esse mesmo prazo.

5. Todos os documentos elaborados pelo prestador de serviços devem ser integralmente redigidos em português.

Cláusula 7.^a - Prazo de Prestação do Serviço

1. O prestador de serviços obriga-se a concluir a execução do serviço, com todos os elementos referidos nos anexos ao presente caderno de encargos, de acordo com as seguintes fases e datas:

- a) Elaboração e Entrega do projeto de Arquitetura e Especialidades deverá ser realizada, no máximo, até ao **dia 23/06/2025**;
- b) A Assistência Técnica à empreitada deverá manter-se até à assinatura do **auto de receção provisória** da mesma.

2. Os prazos previstos no número anterior, podem ser prorrogados por iniciativa do i3S ou a requerimento do prestador de serviços, devidamente fundamentado e sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 97.º do CCP.

3. O prestador de serviços fica dispensado da prestação de assistência técnica à obra, caso a mesma não seja iniciada nos **2 (dois) anos** seguintes à aprovação do projeto de execução.

4. No caso previsto no número anterior, quando a obra não seja iniciada ou concluída nos prazos inicialmente previstos, a prestação da assistência técnica pelo prestador de serviços, em fase de execução da empreitada, será alvo de novo contrato a celebrar com o i3S.

Cláusula 8.^a - Receção dos Elementos a Produzir ao Abrigo do Contrato

1. No prazo de **8 (oito) dias** seguidos contados a partir da entrega dos elementos referentes a cada fase da prestação do serviço, o i3S procede à respetiva análise, com vista a verificar se os mesmos reúnem as características, especificações e requisitos técnicos definidos nas

cláusulas técnicas, incluídas no presente caderno de encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.

2. Na análise a que se refere o número anterior, o prestador de serviços deve prestar ao i3S toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.

3. No caso da análise do i3S a que se refere o n.º 1 não comprovar a conformidade dos elementos entregues com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos nas cláusulas técnicas, incluídas no presente caderno de encargos, o i3S deve informar, por escrito, o prestador de serviços.

4. No caso previsto no número anterior, o prestador de serviços deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo i3S, às alterações e complementos necessários para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.

5. Após a realização das alterações e complementos necessários pelo prestador de serviços, no prazo respetivo, o i3S procede a nova análise, nos termos do n.º 1, da presente cláusula.

6. Caso a análise do i3S a que se refere o n.º 1 comprove a conformidade dos elementos entregues pelo prestador de serviços com as exigências legais, e neles não sejam detetadas quaisquer discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos nas cláusulas técnicas, incluídas no presente caderno de encargos, deve ser emitida, no prazo máximo de **5 (cinco) dias** seguidos a contar do termo dessa análise, *auto de aceitação* pelo i3S.

7. A emissão do *auto* a que se refere o número anterior não implica a aceitação de eventuais discrepâncias com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos nas cláusulas técnicas, incluídas no presente caderno de encargos.

Cláusula 9.^a - Transferência de Propriedade

Com o *auto de aceitação* a que se refere o n.º 6 da cláusula anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos elementos a desenvolver ao abrigo do contrato para o i3S.

Cláusula 10.^a - Conformidade e Garantia Técnica

O prestador de serviços fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues ao i3S em execução do contrato, às exigências legais, obrigações do Prestador de serviços e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de aquisição de bens móveis, nos termos do Código do Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

Cláusula 11.^a - Preço Contratual

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, o i3S deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, nomeadamente de € ____ (___)¹ acrescido de IVA à taxa legal, se este for legalmente devido.

¹[a preencher no termo contratual com o valor que constar da proposta adjudicada e correspondente a um aspeto da execução do contrato submetido à concorrência cujo valor não pode ser superior ao preço base do procedimento]

2. O valor contratual supramencionado será pago, nos montantes a seguir discriminados, pelas Entidades Adjudicantes Agrupadas:

- a) Ao **i3S**, Líder e Coordenador do Agrupamento não compete qualquer comparticipação financeira neste contrato.
- b) Ao **IBMC** corresponde o valor de € ____ (___), acrescido de IVA à taxa de (--) % no valor de € ____ (___), o que totaliza € ____ (___), relativo a **50% (cinquenta por cento)** do valor contratual.
- c) Ao **IPATIMUP** corresponde o valor de € ____ (___) acrescido de IVA à taxa de (--) % no valor de € ____ (___), o que totaliza € ____ (___), relativo a **50% (cinquenta por cento)** do valor contratual.

3. O preço referido no n.º 1 inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao i3S, (incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças), sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 97.º do CCP.

4. O valor contratual devido pelos Contraentes Públicos, nos termos dos números anteriores, serão liquidadas por fases, baseadas na tabela da Portaria de 7 de fevereiro de 1972, designadamente nos seguintes termos:

- a) Assinatura do contrato - **20% (vinte por cento)** do valor do contrato.
- b) Entrega do Estudo Prévio - **27% (vinte sete por cento)** do valor do contrato
- c) Projeto de Licenciamento ou Projeto base - **9% (nove por cento)** do valor do contrato
- d) Entrega do Projeto de Execução - **34% (trinta e quatro por cento)** do valor do contrato
- e) Pela Assistência Técnica à obra - **10% (dez por cento)** do valor do contrato.

5. O valor que se apurar referente à **fase de Assistência Técnica** será dividido, de igual forma, pelo número de meses que se vier a adjudicar como prazo de execução, no contrato de empreitada de obras públicas a celebrar. Estes honorários serão pagos mensalmente, sendo o último pagamento efetuado após a assinatura do auto de receção provisória.

6. O valor referente a honorários poderá ser revisto, na fase da "Assistência Técnica" já que este terá início após a entrega do Projeto de Execução. Porém, a possibilidade de **revisão anual** terá como base o IPC - Índice de Preços de Consumidor, com base no mês de referência (i.e. a data da proposta).

Cláusula 12.^a - Condições de Pagamento do Preço

1. A(s) fatura(s) será(ão) paga(s) no prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da data de receção da(s) fatura(s) pelos Contraentes Públicos, através de transferência bancária para a conta a indicar pelo Prestador de serviços.

2. A(s) fatura(s) deve(m) ser enviada(s) em formato eletrónico, cumprindo todos os requisitos previstos na lei Portuguesa, para os seguintes endereços de correio eletrónico: daf@ibmc.up.pt e fpinto@ipatimup.pt IBMC e IPATIMUP, respetivamente, ou para outros endereços que venham a ser indicados ao Prestador de serviços.

3. Aos mecanismos de faturação aplicados no decorrer da vigência do contrato a celebrar, são especial e conjugadamente aplicáveis, o art.º 299.º do CCP e o DL 123/2018, de 28 de dezembro e o Despacho 8/2022-XXIII, de 13/12/2022 do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, nas suas redações vigentes.

4. De modo a dar cumprimento ao estabelecido no ponto anterior, os Contraentes Públicos notificarão o Prestador de serviços, quanto ao modo de faturação aplicável.
5. Em caso de discordância por parte dos Contraentes Públicos, quanto ao(s) valor(es) indicado(s) na(s) fatura(s), devem estes comunicar ao Prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar, também por escrito, os esclarecimentos necessários e, se for o caso, a proceder à emissão de nova(s) fatura(s) corrigida(s); o prazo de pagamento previsto ficará suspenso até que sejam prestados todos os esclarecimentos necessários ou recebida(s) a nova(s) fatura(s).
6. Os Contraentes Públicos terão o direito a deduzir nos pagamentos a fazer ao Prestador de serviços quaisquer quantias relativas ao pagamento de eventuais multas, coimas ou outras que lhe possam ser exigíveis, seja a que título for.

Cláusula 13.^a - Responsabilidade pelos Erros e Omissões

No caso de serem necessários trabalhos para suprimimento de erros e omissões do projeto aplica-se o disposto no artigo 378.º do CCP, sendo, especificamente, o prestador de serviços responsabilizado por incumprimento de obrigações de conceção, conforme previsto nos n.ºs 6 e 7 do aludido artigo.

Cláusula 14.^a - Penalidades Contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o i3S pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega dos elementos do contrato, até **20% (vinte por cento)** do preço contratual;
 - b) Se o incumprimento for devido à verificação de graves erros e omissões dos projetos, o quantitativo da indemnização não excederá o valor da fase ou fases em que aqueles se produziram;
 - c) Por qualquer outro incumprimento a indemnização não excederá o quantitativo correspondente a **20% (vinte por cento)** dos honorários vincendos.

2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, o i3S pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até **20% (vinte por cento)** do valor contratual.
3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador de serviços ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a resolução do contrato.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, o i3S tem em atenção, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
5. O i3S pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
6. As penalidades previstas na presente cláusula não obstam a que o i3S exija uma indemnização pelos danos causados pela mora ou incumprimento definitivos, nos termos previstos no Código Civil.
7. Verificando-se a rescisão do contrato por facto não imputável ao prestador de serviços, terá este direito, cumulativamente, às seguintes indemnizações:
 - a) O quantitativo correspondente ao valor dos honorários, atribuível ao trabalho não executado na fase em curso;
 - b) A 10% (dez por cento) do valor das prestações de honorários vincendos, salvo e este quantitativo for inferior ao montante do valor da fase imediatamente subsequente, caso em que será esta a quantia indemnizatória; e
 - c) A 10% (dez por cento) do valor estabelecido para a fase de assistência técnica, corrigido segundo o valor orçamentado e aprovado para a empreitada, decorrido que sejam **2 (dois) anos** sobre a data de aprovação oficial do projeto.

Cláusula 15.^a - Subcontratação e Cessão da Posição Contratual

O recurso à cessão da posição contratual e à subcontratação pelo prestador de serviço fica desde já vedado, no presente procedimento.

Cláusula 16.^a - Resolução do Contrato pelo i3S

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o i3S pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos: nos seguintes casos:

- a) Pelo atraso na conclusão dos serviços ou na entrega dos elementos referentes a cada fase do contrato superior a três meses ou declaração escrita do prestador de serviços de que o atraso respetivo excederá esse prazo;
- b) Pela verificação de erros graves, negligências ou omissões, imputáveis ao prestador de serviços.

2. O exercício do direito de resolução exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo i3S.

3. O exercício do direito de resolução estabelecido nos números anteriores não extingue o direito de o i3S ser ressarcido da totalidade dos danos que lhe hajam sido causados, pela conduta do prestador de serviços, que haja motivado a resolução contratual.

4. Em caso de resolução do contrato por incumprimento, o i3S poderá recorrer à faculdade prevista no artigo 318.º-A do CCP para a celebração de um novo contrato.

Cláusula 17.^a - Resolução do Contrato pelo Prestador de Serviços

1. O prestador de serviços poderá resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332.º do CCP.

2. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP, por remissão do artigo 451.º.

Cláusula 18.^a - Revogação do Contrato pelas Partes

As partes podem, por acordo, revogar o contrato em qualquer momento, de acordo com o estipulado no artigo 331.º do CCP.

Cláusula 19.^a - Suspensão do Contrato

1. Sem prejuízo do direito de resolução do contrato, o i3S pode, em qualquer altura, por comprovados motivos de interesse público, designadamente quando estiverem em causa razões de segurança pública, suspender total ou parcialmente a execução do contrato.
2. A suspensão referida no número anterior produz os seus efeitos a contar do dia seguinte ao da notificação do prestador de serviços, salvo se da referida notificação constar data posterior, e é efetuada através de carta registada com aviso de receção.
3. O i3S pode, a qualquer momento, levantar a suspensão da execução do contrato.
4. Para efeitos do disposto nos números anteriores, o prestador de serviços não pode reclamar ou exigir qualquer compensação ou indemnização com base na suspensão total ou parcial do contrato.

Cláusula 20.^a - Modificações ao Contrato

1. Qualquer intenção de alteração ao contrato deverá ser comunicada, por escrito, pela parte interessada na mesma à outra parte com uma antecedência mínima de **8 (oito) dias**, em relação à data em que pretende ver introduzida a alteração.
2. As modificações contratuais ficam sujeitas ao disciplinado nos termos dos artigos 311.º a 315.º do CCP.

Cláusula 21.^a - Seguros

É da responsabilidade do prestador de serviços a cobertura, através de contratos de seguro, dos riscos, inerentes à prestação do serviço que integram o objeto do presente procedimento.

Cláusula 22.^a - Gestor do Contrato

1. Nos termos do artigo 290.º-A do CCP, aquando da outorga do contrato, será incluído no clausulado do mesmo a designação do Gestor do Contrato.

2. A execução do contrato será monitorizada e sujeita a avaliação por parte do Gestor do Contrato, nomeado pelo Órgão Competente para a decisão de contratar, tendo este por função a deteção de desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do presente contrato pelo prestador de serviços, nos termos do disposto no supracitado artigo.
3. Caso sejam detetados desvios ou outras anomalias na execução do presente contrato, deve o Gestor do Contrato, comunicá-los aos responsáveis do i3S, propondo em relatório fundamentado as medidas corretivas que, em cada caso, se revelem adequadas.
4. Gestor do Contrato nomeado: [\[Completar\]](#); contacto: [\[Completar\]](#)
5. O prestador de serviços obriga-se a nomear um representante, responsável pelo acompanhamento da execução do contrato e que desempenhe o papel de interlocutor, com o i3S, para todos os fins associados à execução do contrato.

Cláusula 23.^a - Responsabilidades

1. O prestador de serviços responde perante o i3S por todos os prejuízos, direta ou indiretamente emergentes dos serviços objeto do contrato, bem como daqueles que resultem do incumprimento ou do deficiente cumprimento das suas obrigações contratuais, até à conclusão da execução do contrato.
2. Do mesmo modo, o prestador de serviços responde por todos os prejuízos causados por quaisquer atos ou omissões de quaisquer pessoas que, no âmbito da sua intervenção para ele exerçam funções, independentemente do regime jurídico.
3. Se o i3S vier a ser demandado por terceiros por prejuízos causados pelo prestador de serviços, no âmbito da execução do contrato, este último indemnizá-lo-á de todas as despesas que, em consequência, haja de realizar e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.
4. Correm inteiramente por conta do prestador de serviços a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis, sejam sofridos por terceiros até à conclusão da execução do contrato, em consequência do modo de execução dos trabalhos, da atuação do seu pessoal ou dos seus fornecedores.

Cláusula 24.^a - Casos Fortuitos ou de Força Maior

1. Para efeitos do contrato, são consideradas de força maior apenas as circunstâncias que impossibilitem o cumprimento por uma das partes de quaisquer obrigações assumidas no contrato, que, cumulativamente, sejam alheias ao seu controlo, que as mesmas não pudessem conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhes fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, desde que verificados os pressupostos constantes do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Nenhuma das partes incorrerá em qualquer obrigação de indemnizar, compensar ou ressarcir a outra por quaisquer prejuízos incorridos ou a incorrer para cumprimento das suas obrigações contratuais por força de caso fortuito ou de força maior.
4. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

5. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
6. Para efeitos do disposto no número anterior, a parte que invocar caso de força maior deve sempre comunicar, por escrito, e justificar tais situações à outra parte, bem como comunicar qual o prazo previsível para o restabelecimento da situação normalizada.
7. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 25.^a - Deveres de Informação

1. Cada uma das partes deve informar de imediato a outra sobre quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e que possam afetar os respetivos interesses na execução do Contrato, de acordo com as regras gerais da boa fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 10 (dez) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deve informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do Contrato.

Cláusula 26.^a - Confidencialidade e Proteção e Tratamento de Dados Pessoais

1. O prestador de serviços compromete-se, na vigência do contrato, a manter como reservado e confidencial, o respetivo conteúdo, assim como toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao i3S, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato, sob pena de ser responsável pelos prejuízos que daí decorrerem.
2. A informação e a documentação abrangidas pelo dever da confidencialidade não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não os destinados direta e exclusivamente à execução do contrato.

3. O prestador de serviços encontra-se obrigado a cumprir as obrigações previstas na Lei da Proteção de Dados Pessoais vigente e no Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), designadamente o dever de responsabilização do prestador de serviços por todas e quaisquer perdas sofridas pelo i3S no resultado da violação dessas obrigações.
4. A obrigação de confidencialidade do prestador de serviços estende-se a todos os seus trabalhadores, colaboradores, agentes ou subcontratados e a quaisquer outras pessoas que, direta ou indiretamente, intervenham na execução do contrato.
5. A obrigação de confidencialidade prevista na presente cláusula vigorará por todo o período de duração do presente contrato e manter-se-á em vigor após a cessação deste, por qualquer causa.
6. Exclui-se do dever de confidencialidade previsto nesta cláusula a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de decisão judicial transitada em julgado ou a pedido de entidades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
7. Em cumprimento do disposto no RGPD, o i3S informa as pessoas singulares que atuam como administradores ou gerentes do prestador de serviços ou por qualquer outra forma especificada no contrato, bem como outras pessoas que sejam alocadas à execução do contrato, e cujos Dados Pessoais sejam tratados por motivo ou no decurso da celebração do contrato ou da sua execução, que são aplicáveis as disposições que se seguem, sem prejuízo do disposto na política de privacidade do i3S:

- a) O i3S atua como Responsável pelo Tratamento de Dados Pessoais;
- b) Pertencem ao i3S os contactos seguidamente indicados:

Morada: Rua Alfredo Allen, 208 - 4200-135 Porto, Portugal
Telefone: 00351- 226 074 900

Encarregada de Proteção de dados

Morada: Rua Alfredo Allen, 208 - 4200-135 Porto, Portugal
Endereço de correio eletrónico: dpo@i3s.up.pt

Cláusula 27.^a - Políticas Horizontais

Em conformidade com o disposto no n.º 2 do art.º 1.º-A do CCP, o Prestador de serviços deverá garantir, na formação e na execução dos contratos públicos, o pleno cumprimento das normas aplicáveis vigentes em matéria social, laboral, ambiental, de igualdade de género e de prevenção e combate à corrupção, decorrentes do Direito Internacional, Europeu, Nacional ou Regional.

Cláusula 28.^a - Políticas Europeias e Nacionais

1. A prestação dos serviços objeto de contrato deverão ter na sua génese os princípios e requisitos técnicos-ambientais estabelecidos em legislação comunitária, nacional e normativos que visem a eficiência energética, a necessidade de energia primária, a "economia circular", incluindo-se a prevenção e a reciclagem de resíduos.
2. O projeto a elaborar deve cumprir o princípio do "*Não prejudicar significativamente*" ou "*Do no significant harm*" (**DNSH**), não incluindo atividades que causem danos significativos a qualquer objetivo ambiental na aceção do artigo 17.º do Regulamento (UE) 2020/852 do Parlamento Europeu e do Conselho (Regulamento da Taxonomia da UE);
3. A nível nacional deve respeitar os preceitos da Estratégia de **Especialização Inteligente da Região do Norte 2021-27 (S3NORTE2027)**, **Infraestruturas tecnológicas financiado pela CCCR-N** e o estatuído no n.º 3 da Portaria 103-A/2023, de 12 abril.
4. O prestador de serviços deverá ainda assegurar que, quando aplicável, a operação esteja enquadrada nos domínios de intervenção 43 ou 45 do Anexo 1 do Regulamento (UE) 2021/1060 do Parlamento Europeu e do Conselho de 24 de junho de 2021, prevendo nomeadamente que:
 - a) No caso de novas construções, deve ser assegurado o cumprimento do requisito NZEB+20%, ou seja, deve ser assegurado um indicador de desempenho energético, relativo ao consumo de energia primária total do edifício inferior em, pelo menos, 20%, ao requisito aplicável aos edifícios NZEB (edifícios com necessidades quase nulas de energia);
 - b) No caso de recuperação/reabilitação de edifícios existentes, deve ser alcançada, em média, pelo menos uma renovação de nível médio, tal como definido na Recomendação (UE) 2019/786 da Comissão sobre a renovação dos edifícios ou

alcançada, em média, uma redução de, pelo menos, 30% das emissões diretas e indiretas de gases com efeito de estufa em comparação com as emissões ex-ante.

Cláusula 29.^a - Legislação Aplicável

Em tudo o omissos nas peças do presente procedimento observar-se-á o previsto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

Cláusula 30.^a - Foro Competente

1. Em caso de litígio ou diferendo emergente de questões relacionadas com o contrato, designadamente relativas à sua interpretação, validade, aplicação ou integração, as partes diligenciarão, por todos os meios de diálogo e modos de composição de interesses, pela obtenção de uma solução concertada para a questão controvertida.
2. Na falta de uma resolução consensual do litígio, nos termos do número anterior, e no prazo máximo de 10 (dez) dias, após a primeira notificação que referir expressamente a necessidade de obtenção de uma solução concertada para o litígio, este será decidido pelo Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com expressa renúncia de qualquer outro.

Cláusula 31.^a - Comunicações e Notificações

1. Salvo se outra formalidade estiver especialmente prevista neste contrato, todas as comunicações e notificações a efetuar entre as partes, nos termos e ao abrigo do contrato, deverão ser efetuadas por escrito e enviadas por correio registado com aviso de receção ou por correio eletrónico com recibo de leitura para as moradas e endereços de correio eletrónico que de seguida se indicam, ou para quaisquer outros que as partes venham a designar, mediante comunicação prévia por escrito à contraparte, sob pena de se considerarem como não realizadas.
2. As notificações presumem-se efetuadas em consonância com o disposto no Artigo 113.º do Código do Procedimento Administrativo ("CPA").

Para o i3S:

À atenção de: Gabinete de Aprovisionamento

Morada: Rua Alfredo Allen, 208 - 4200-135 Porto

Endereço de correio eletrónico: procurement@i3S.up.pt

Para o Prestador de serviços:

À atenção de: [Completar]

Morada: [Completar]

Endereço de correio eletrónico: [Completar]

3. As moradas indicadas serão válidas para efeitos de eventuais citações ou notificações judiciais.
4. Qualquer alteração das informações de contacto constantes nesta Cláusula deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 32.^a - Interpretação e Validade

1. O contrato e demais documentos contratuais regem-se pela lei portuguesa, sendo interpretados de acordo com as suas regras.
2. As partes no contrato que tenham dúvidas acerca do significado de quaisquer documentos contratuais, devem colocá-las à parte contrária a quem o significado dessa disposição diga diretamente respeito.
3. Se qualquer disposição do contrato ou de quaisquer documentos contratuais for anulada ou declarada nula, as restantes disposições não serão prejudicadas por esse facto, mantendo-se em vigor.

Cláusula 33.^a - Regime Contraordenacional

Para além das sanções por incumprimento previstas na Cláusula de Penalidades Contratuais do presente Caderno de Encargos, constituem contraordenações muito graves as previstas no Artigo 456.º, contraordenações graves as descritas no art.º 457.º e contraordenações simples as gizadas no Artigo 458.º, todos do Código de Contratos Públicos.

Cláusula 34.^a - Contagem dos Prazos

1. A contagem dos prazos, na fase de formação do contrato no contrato, obedece ao disposto no artigo 470.º do CCP.



2. A contagem dos prazos, na fase de execução dos contratos, cumpre o estatuído no artigo 471.º do CCP, salvo disposição expressa em contrário.

ANEXO I - Cláusulas Gerais e Técnicas

Cláusula 35.^a - Enquadramento e Objetivos

1. O presente contrato tem como objetivo principal a adaptação das infraestruturas do i3S para instalação do “*Centro de Medicina de Precisão do Norte*” (CEMPRE-N) no âmbito do sistema de apoio para criação, qualificação ou expansão de infraestruturas tecnológicas prioritárias para a implementação das prioridades regionais definidas na **Estratégia de Especialização Inteligente da Região do Norte 2021-27 (S3NORTE2027)**, através do programa **Investimento em Infraestruturas tecnológicas**, financiado pelo **NORTE2030** e fundos próprios.
2. O Autor e Coordenador do projeto de arquitetura do edifício i3S foi o Senhor Arquiteto João Pedro Seródio, projeto este que foi vencedor do prémio atribuído pelo *Iconic Awards do German Design Council*.
3. A presente prestação de serviços inclui a criação de um projeto de arquitetura que compreende a reabilitação, remodelação e ampliação do Edifício i3S.
4. Deverá ser garantida a continuidade do conceito artístico do projeto original do Edifício i3S, assim, a linguagem a adotar deverá manter a materialidade do desenho das fachadas e dos caixilhos existentes.
5. Na qualidade de autores do projeto de arquitetura do Edifício i3S, a solução de ampliação proposta precisará manter a integridade da solução original, integrando-se de forma harmoniosa no conjunto existente.
6. Pelas considerações supra expostas os serviços objeto de contrato ficam restritos ao conceito artístico do projeto original. De forma a garantir a continuidade do estilo artístico do Edifício i3S, apenas podem ser confiados os serviços objeto de contrato aos autores do projeto do Edifício i3S, coordenado pelo Sr. Arq. João P. Seródio.

Cláusula 36.^a - Âmbito, Fases e Forma de Prestação dos Serviços

1. Âmbito dos Serviços

- 1.1. O presente caderno de encargos contempla a Elaboração do Projeto de Arquitetura e de Especialidades a realizar nas duas Alas do Edifício i3S (Poente e Nascente).
- 1.2. Os trabalhos na *Ala Poente* necessitarão de aprovação Camarária (licenciamento) e dizem respeito à ampliação do piso de entrada do edifício, na zona Sul, na zona Norte dessa Ala e

quatro espaços interiores. O projeto deverá ser dividido em três fases: Estudo Prévio, Projeto base ou de Licenciamento, Projeto de Execução e Assistência Técnica.

1.3. Os trabalhos na *Ala Nascente*, onde as alterações a realizar são em espaços interiores, sendo que no exterior, apenas contemplará a realização de reparações. Assim, nesta fase de conceção do projeto, não seja previsível a necessidade de obtenção de aprovação Camarária. O projeto deverá ser dividido em duas fases: Estudo Prévio mais desenvolvido, o Projeto de Execução e Assistência Técnica.

1.4. Ainda deverão ser contemplados os trabalhos do projeto relativo aos arranjos exteriores, no perímetro próximo das zonas intervencionadas, para proporcionar a compatibilização destas com a envolvente existente.

2. Equipa Multidisciplinar

No início do Projeto o prestador de serviços formará uma equipa multidisciplinar para execução do objeto de contrato. Os diversos interlocutores das várias partes envolvidas devem estabelecer de uma forma clara e concreta as funções dos diversos elementos da equipa, de modo a estabelecer um canal de comunicação eficiente. Deve ser nomeado um Gestor de Projeto/Contrato, que faça a coordenação interna das especialidades e que também assegure comunicações regulares com o Dono de Obra sobre o modo como decorrem os trabalhos e/ou de quaisquer fatos que considere importantes no desenvolvimento do projeto.

3. Programação e Coordenação do Projeto

3.1. A coordenação do projeto deverá ser assumida por um dos técnicos que integra a equipa, tal como definido na Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na sua redação vigente.

3.2. A coordenação das atividades dos intervenientes no projeto tem como objetivo a integração das suas diferentes partes num conjunto harmónico, de fácil interpretação e capaz de fornecer todos os elementos necessários à execução da obra, garantindo a adequada articulação da equipa de projeto em função das características da obra e assegurando a participação dos técnicos autores, a compatibilidade entre os diversos projetos necessários e o cumprimento das disposições legais e regulamentares aplicáveis a cada especialidade.

3.3. A programação visa o escalonamento das suas diferentes fases e das atividades de cada interveniente, de modo a ser dado cumprimento ao contrato.

3.4. O coordenador do projeto deve compatibilizar a sua ação com a do coordenador de segurança e saúde em fase de projeto, quando este existir.

4. Fases do Projeto

4.1. O i3S entende que o conceito de projeto é um conjunto coordenado de documentos, peças escritas e desenhadas, onde, com base na solução de arquitetura e no conhecimento dos objectivos, características orgânicas e funcionais pretendidos pelo Dono de Obra e respetivos condicionamentos financeiros, serão concebidas e aprofundadas as soluções de todas as especialidades abaixo listadas.

4.2. Os elementos mencionados no número anterior e sem prejuízo de outros julgados pertinentes, pelo prestador de serviços, deverão incluir, as seguintes fases:

- a)** Fundações e Estruturas;
- b)** Demolições;
- c)** Instalações Hidráulicas;
- d)** Instalações Elétricas;
- e)** Instalações e Equipamentos Mecânicos (Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado);
- f)** Plano de Gestão de Resíduos de Construção e Demolição;
- g)** Plano de Segurança e Saúde;
- h)** Instalações, Equipamentos e Sistemas de Comunicação.

4.3. Constitui obrigação do prestador de serviços o cumprimento integral de todas as normas e disposições legais aplicáveis aos estudos/projetos a elaborar/fornecer, assim como a obtenção, junto das entidades competentes, de todas as informações consideradas necessárias para a elaboração dos projetos objeto deste procedimento.

4.4. Dos projetos a realizar, deverão constar, sem prejuízo de outros elementos considerados adequados pelo prestador de serviços, ou constantes de regulamentação específica aplicável, os elementos estabelecidos na Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto, na categoria correspondente.

4.5. Todos os projetos deverão ser instruídos com termo de responsabilidade, medições e orçamentos, cadernos de encargos e respetivas especificações técnicas. Deverá também ser apresentado um mapa de medições e a execução da empreitada.

4.6. O prestador de serviços deverá assumir a responsabilidade pelas várias medições dos projetos, nas componentes de arquitetura e especialidades.

4.7. Os elementos referentes ao "Projeto de Execução" deverão conter os elementos de solução de obra a integrar o caderno de encargos do procedimento de formação de contrato de empreitada de obras públicas, de acordo com o estabelecido no artigo 43.º do CCP, devendo o prestador de serviços respeitar, na elaboração das várias peças, o discriminado nas "especificações técnicas" definidas no artigo 49.º do mesmo diploma legal.

4.8. O projeto de execução deverá integrar na sua entrega:

- a)** Peças escritas e desenhadas dos Projetos de Arquitetura e das Especialidades e Mapa de Medições e Orçamento em formato Excel;
- b)** Uma Peça Desenhada (genérica), em formato DWG, de cada um dos projetos de Arquitetura e de Especialidades.
- c)** 1 (uma) PEN Drive USB contendo a totalidade do trabalho em formato digital editável (.xls, .doc, .dwg ou outros) e pdf's dos mesmos documentos com assinatura digital aposta.

5. Âmbito das Fases do Projeto

1ª) Estudo Prévio

Nesta fase do projeto de arquitetura devem ser ensaiadas e propostas soluções de aproveitamento das áreas a intervir e a expandir, partindo de ideias base do Arq. João P. Serôdio. O diálogo sobre as possibilidades construtivas deverá desenvolver-se até ao estabelecimento das diversas soluções que, idealmente, deverão estar viabilizadas no final desta fase.

Pretende-se que sejam investigadas as melhores soluções de aproveitamento do espaço, e produz um conjunto de desenhos à escala que representam as ideias de utilização desses espaços e da sua forma geral.

A área a intervir na Ala Poente do Edifício i3S, nas suas zonas sul e norte, exige compatibilização com as cotas de piso, eixos de circulação, aberturas em elemento

existentes, estruturais ou não. Deverá ter uma divisão e distribuição espacial que assegure uma iluminação natural e a ventilação dos novos espaços.

Deverá ainda consistir na conceção das soluções de cada especialidade, compatibilizando os aspectos formais necessários ao projeto geral.

2ª) Projeto Base ou de Licenciamento

Com base na fase anterior de Estudo Prévio, e na sua aprovação pelo i3S, o projeto deve ser desenvolvido a uma escala maior, indicada para poder ser apresentado às entidades licenciadoras. As ideias aprovadas na fase anterior, serão desenhadas de modo mais preciso, considerando os constrangimentos da estrutura, as determinações legais. O projeto de arquitetura deverá ser articulado com as opções gerais das várias especialidades de engenharia envolvidas. Nesta fase realizar-se-á o ajuste do programa e das áreas da proposta, aos requisitos do i3S, com o dimensionamento, distribuição e posição das aberturas, de forma a ficar definida, com exatidão, a solução distributiva e formal da solução.

3ª) Projeto de Execução / Medições e Orçamento

Com base nas aprovações do i3S e das entidades legais competentes, é realizado o projeto de execução das obras a realizar. O projeto de execução de arquitetura deverá ser composto por elementos desenhados em detalhe e de grande precisão, elementos escritos e mapas de quantidades. Nesta fase ficarão definidos todos os materiais e dimensões exatas, assim como, os vários sistemas construtivos e as quantidades de todos os componentes.

Em paralelo, deverá iniciar o processo de Medições e Orçamento, onde se discrimina todas as quantidades de materiais a utilizar, tipos de trabalho e forma de execução, de modo a poder aferir-se o valor da obra.

Será a partir destes dois documentos, Projeto de Execução e Medições e Orçamento, que se elaborará o Caderno de Encargos para a execução da Empreitada, pelo que deverá conter todas as especificações e condições, técnicas gerais e especiais, para a construção a realizar. Estes documentos servirão ainda, para vincular o Empreiteiro às demais condições da obra.

4ª) Seleção do Empreiteiro

É nesta fase que o i3S selecionará o empreiteiro da obra. O Arquiteto deverá colaborar com o i3S, auxiliando-o na análise da capacidade técnica dos diversos concorrentes, bem como na análise do preço e prazo para a concretização da obra.

Nesta fase também será escolhido o técnico que irá ser responsável perante a Câmara Municipal do Porto, pela Direção Técnica de Obra. Este será sempre nomeado pelo i3S, no

entanto, poderá ser um técnico pertencente aos quadros técnicos da empresa construtora, ou outra pessoa qualquer que o i3S entenda escolher, incluindo o Autor do projeto.

5ª) Assistência Técnica à Execução da Obra

O prestador de serviços tem o direito de exigir e a obrigação de garantir a assistência técnica necessária à boa execução da obra.

As atividades relativas à assistência técnica são conforme as definidas no Artigo 9.º da Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto.

A assistência técnica deve ser prestada, quer na fase do procedimento pré-contratual para a formação do contrato de empreitada e até à assinatura do auto de receção provisória da mesma.

Os serviços de Assistência Técnica compreenderão, nomeadamente, a prestação de informações e esclarecimentos, sob forma escrita ou verbal, de acordo com o que for solicitado pelo i3S, sobre problemas relativos à interpretação do projeto ou a ambiguidades, omissões ou contradições do mesmo.

Cláusula 37.ª - Condicionantes Orçamentais

O prestador de serviços fica obrigado a prestar o seu serviço de acordo com as diretrizes do i3S a nível orçamental, respeitando os limites impostos por este, para a posterior execução da empreitada.

Cláusula 38.ª - Manutenção do Espaço

Deverá o prestador de serviços, no desenvolvimento dos projetos, ter em atenção os custos de manutenção associados a determinadas opções técnicas e construtivas, optando, sempre que possível, por soluções de maior grau de sustentabilidade.

Cláusula 39.ª - Mapa de Quantidades

O projeto de execução a realizar pelo prestador de serviços deverá incluir os elementos constantes do quadro seguinte:

Edifício i3S	Trabalhos Contratuais	área m2
Ala Poente	Arquitetura, aumento de área no piso de entrada, extremo sul e extremo norte Engenharia, AVAC e Eletricidade em espaços novos, abertura de vãos em estruturas, arranjos exteriores no contacto com os novos espaços	296
Ala Nascente	Arquitetura: alterações pontuais em partes do edifício, alteração paredes, divisórias e acessos, incluindo	722,19
	Novo teto falso em todo o edifício, desmontável em áreas de circulação.	2 913,31
	Datacenter: alteração em paredes, Contentorização do corredor quente. Piso elevado para passagem de cablagem de rede	50,00
	Pintura geral em paredes interiores	2 913,31
	Reparações exteriores de coberturas, reparações de infiltrações em interiores	595,00
	Engenharia: climatização em salas específicas do edifício, projeto de eletricidade e de hidráulica dos espaços intervencionados Mapas de quantidades e estimativas baseadas em esquemas e medições realizadas e fornecidas pelo dono de obra, de redes elétricas e dois quadros elétricos gerais a refazer	

Cláusula 40.^a - Informação Complementar

Todas as Peças Técnicas e Peças desenhadas referentes ao Projeto Geral de Arquitetura e Projeto de Especialidades do Edifício i3S, em formato digital e/ou outro já estão na posse do Arq. João P. Seródio, Autor do projeto de arquitetura do i3S, pelo que não serão anexas ao presente caderno de encargos.